

REVISTA DA

# AN PE GE

ISSN 1679-768X

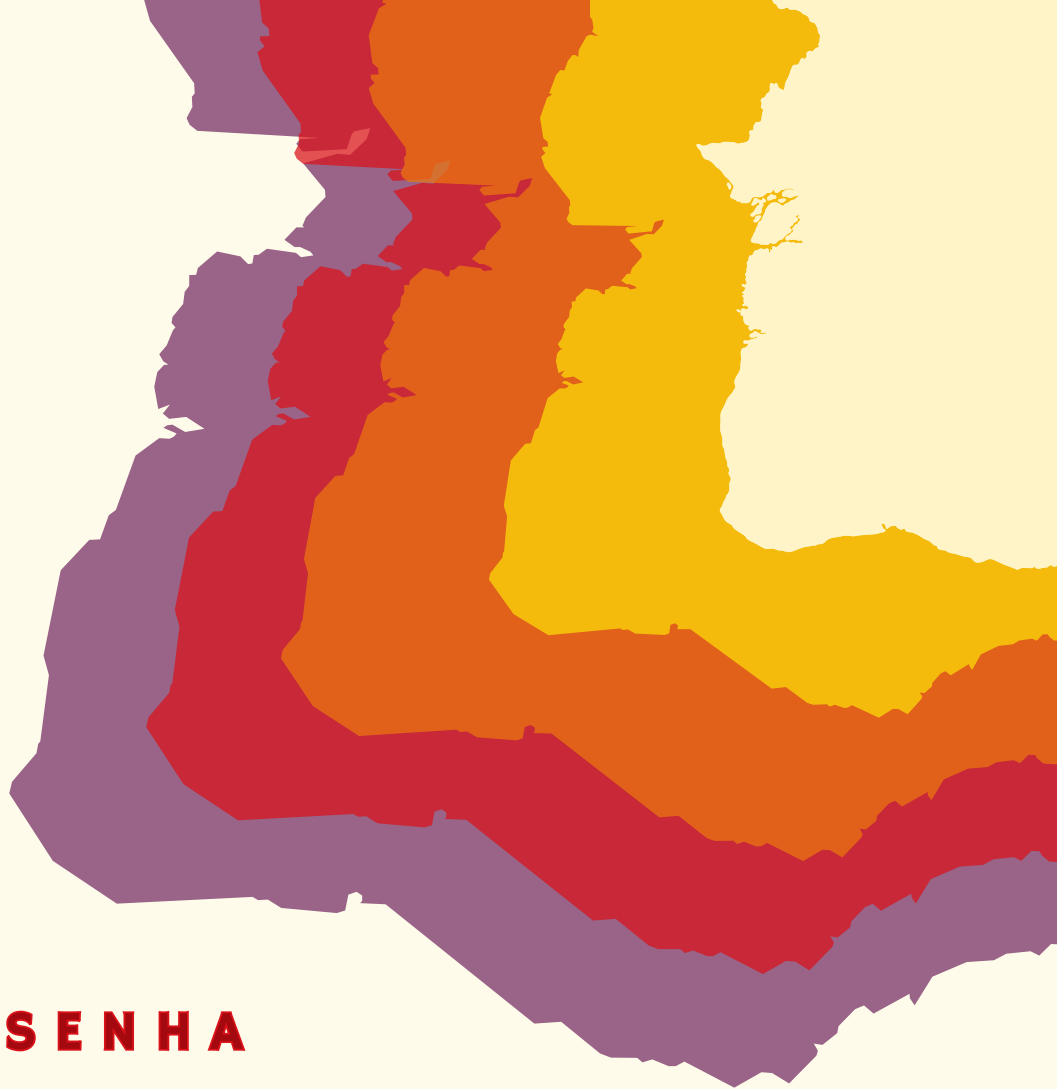
a

ANPEGE

---

Associação Nacional  
de Pós-graduação e  
Pesquisa em Geografia

REVISTA DA  
**AN  
PE  
GE**



**RESENHA**

# **Atlas agrário e ambiental do Semiárido Mineiro (2023)**

*Agrarian and environmental atlas of the semi-arid  
region of Minas Gerais (2023)*

*Atlas agrario y ambiental de la región semiárida de  
Minas Gerais (2023)*

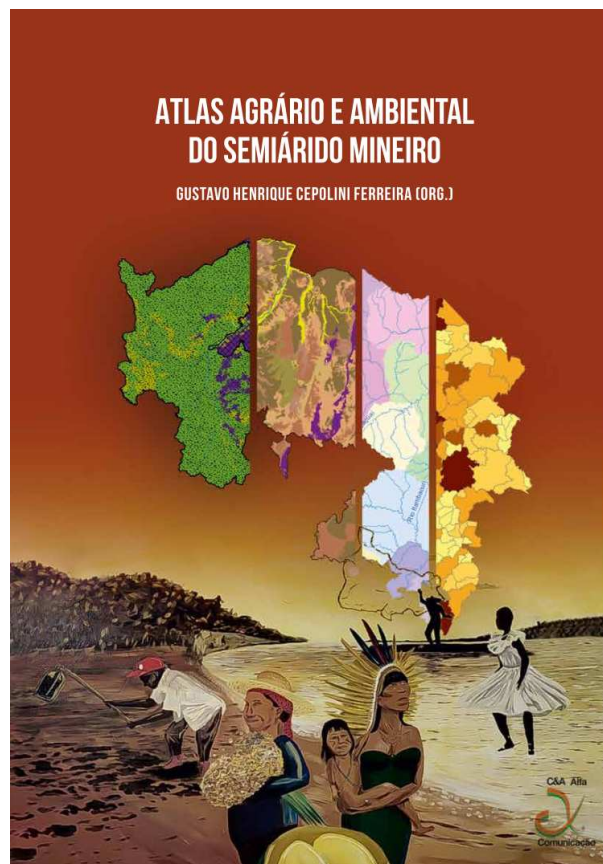
DOI: 10.5418/ra2024.v20i41.18315

**PAULO RICARDO SANTOS MIRANDA**

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

**V.20 n°41 (2024)**

e-issn : 1679-768X



### “Atlas agrário e ambiental do Semiárido Mineiro” (2023)

O “Atlas agrário e ambiental do Semiárido Mineiro” (2023)<sup>1</sup>, organizado pelo professor e pesquisador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira, é uma iniciativa do Núcleo de Pesquisas Regionais e Agrárias (NEPRA) da Unimontes e sistematiza a discussão sobre a “compreensão do campesinato em constante distantes disputas e resistências no Sertão Mineiro” (Ferreira; Ventura, 2023, p.11)

O Atlas é organizado com base na apresentação e preâmbulo escritos por Gustavo Henrique Cepolini Ferreira e Glorimar da Silva Ventura, contextualizando a pesquisa e articulações para construção do atlas. O prefácio foi elaborado pela professora Fernanda Testa Monteiro (USP) e o professor Claudenir Fávero (UFVJM). Posteriormente, nota-se o Atlas em si, com mapas, gráficos e imagens que revelam importantes registros sobre os povos e populações rurais e tradicionais presentes nos 209 municípios que compõe o Semiárido Mineiro, a partir da sua delimitação mais

<sup>1</sup> Disponível em: <https://editoraalfa.com.br/pages/e-books>



recente de 2021. Trata-se de material significativo com 100 mapas e importantes discussões e proposições no decorrer das 168 páginas<sup>2</sup>.

Nesse sentido, o Atlas é dividido em duas partes, quais sejam: A parte I: “Atlas Agrário e Ambiental do Semiárido Mineiro” que é voltada à cartografia do semiárido mineiro numa perspectiva crítica e autônoma e a Parte II: “Semiárido Mineiro: da questão agrária à questão ambiental” que teve a contribuição de diferentes autores e autoras que aprofundam as dinâmicas socioterritoriais no decorrer dos 13 capítulos que compõem o livro. O "Atlas Agrário e Ambiental do Semiárido Mineiro" adota uma abordagem única para explorar a região, destacando a importância de compreender o contexto socioespacial e socioambiental do Semiárido do norte de Minas Gerais.

Nesse sentido, o atlas é organizado em uma série de eixos temáticos que fornecem uma análise detalhada da região. O atlas também revela como as questões de seca e aridez podem ser usadas para interesses políticos, evidenciando a necessidade de uma abordagem ética para o “desenvolvimento” da região.

O primeiro eixo é dedicado à "Localização e Características Físicas do Semiárido Mineiro", abordando uma variedade de elementos essenciais como localização geográfica, clima, geomorfologia, vegetação e recursos hídricos. Seu clima seco e quente, combinado com uma vegetação predominantemente de caatinga e cerrado, forma um cenário único. Geomorfologicamente, a região é marcada por planaltos e depressões, enquanto os recursos hídricos são limitados e sujeitos a períodos de seca. A extensão do Semiárido Mineiro é notável, abrangendo 209 municípios, com Buritizeiro e Jampruca apresentando o maior número de assentamentos rurais. Desde 1989, a área semiárida tem se expandido, adicionando 40 municípios à lista, mostrando uma evolução contínua do conceito de semiárido no estado.

O segundo eixo temático é sobre “Desenvolvimento Humano e Socioeconômico”. Nesse contexto, o desenvolvimento humano no Semiárido Mineiro é marcado por grandes disparidades entre os municípios. Indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de GINI e a distribuição de renda revelam uma variação entre os municípios da região. São João das Missões tem o menor IDH (0,529), enquanto Montes Claros possui o maior (0,77). Essa disparidade reflete diferenças em acesso a serviços básicos e oportunidades educacionais. No Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Educação (IDHME), Fruta de Leite tem 0,37, contrastando com os 0,744 de Montes Claros. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Renda (IDHMR), São João das

---

<sup>2</sup> Além dos Coordenadores do NEPRA - Gustavo Cepolini e Anderson Bertholi, a equipe do Projeto – Atlas agrário e ambiental do Semiárido Mineiro contou com a participação de 20 pesquisadores/as da graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia e Desenvolvimento Social da Unimontes.

Missões tem 0,502, enquanto Governador Valadares registra 0,714, mostrando uma desigualdade significativa na distribuição de riqueza.

Ao se analisar o eixo temático três, sobre o “Uso do Solo, Agropecuária e Recursos Naturais”, percebe-se o uso do solo e as práticas agropecuárias no Semiárido Mineiro são cruciais para a sustentabilidade da região. A análise detalhada revela a presença de atividades agrícolas diversificadas, como pastagens, culturas permanentes e temporárias, além da criação de gado, caprinos, ovinos e suínos. São Francisco, Januária, Montes Claros e Porteirinha possuem um grande número de estabelecimentos rurais, com uma área total significativa dedicada à agropecuária. A distribuição desigual do Produto Interno Bruto (PIB) entre os municípios reflete a diversificação das atividades econômicas. A presença de áreas verdes em ambientes urbanos também varia amplamente, indo de 5,79% em Chapada do Norte a 98,24% em Itueta, influenciando a qualidade de vida local.

Ao longo do eixo temático quatro, desafios sociais e ambientais e de saneamento, é trabalhado os desafios sociais, ambientais, educacionais e de saneamento. Os conflitos por terra e a presença de comunidades quilombolas e indígenas ressaltam a necessidade de justiça social. A vulnerabilidade às mudanças climáticas leva a iniciativas como a construção de cisternas para segurança hídrica em municípios como Porteirinha, Araçuaí e Japonvar. A alta incidência de intoxicações por agrotóxicos em Várzea da Palma e Governador Valadares é uma preocupação para a saúde pública. Na educação, municípios rurais como Januária, Minas Novas e Teófilo Otoni lutam para garantir acesso à educação básica, mas enfrentam desafios de infraestrutura e saneamento básico. A baixa conectividade à rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário requer investimentos para melhorar a qualidade de vida.

Por fim, no decorrer do eixo temático cinco sobre desenvolvimento sustentável e comunidades tradicionais, é trabalhado a necessidade de abordar a temática do Semiárido Mineiro através de abordagens multidisciplinares e ações integradas. Entre as áreas de presenças de comunidades Quilombolas com área delimitada pelo INCRA, destaca-se a presença em maior extensão em Gurutuba. Outras áreas notáveis incluem Brejo de Crioulos, Lagoa Grande, Lapinha, Maroba Teixeira, Marque, Mumbuca, Sete Ladeiras e Terra Dura. Há 146 comunidades com processos administrativos no INCRA, e a comunidade Porto Coris, em Leme do Prado, é a única com situação definida no INCRA na época dos registros em 2022. As estratégias para reprodução social, como feiras livres locais, e a promoção da agricultura orgânica e familiar são alternativas viáveis para a diversificação econômica. Programas de financiamento, como o PRONAF B e V, têm desempenhado um papel crucial no apoio aos agricultores familiares, com municípios como São Francisco, Januária e Novo Cruzeiro se destacando no acesso a esses recursos financeiros, permitindo uma transição para práticas mais sustentáveis.

A segunda parte do Atlas revela as presenças, lutas e resistências do campesinato e dos povos e comunidades camponesas no Semiárido Mineiro, evidenciando a relação entre questão agrária e ambiental na região. Os autores oferecem uma visão crítica e ampla, composta por informações e reflexões que permitem compreender as diferentes lógicas territoriais e os movimentos de luta por direitos socioterritoriais na área.

O primeiro capítulo de autoria de Fernando Soares Gomes e Alexandre Soares de Almeida, com o título: “Sentidos da demarcação das terras da união e da regularização fundiária de comunidades ribeirinhas no norte de Minas Gerais” analisa conflitos entre comunidades ribeirinhas do rio São Francisco no Norte de Minas Gerais e o agronegócio na região. Destaca a apropriação privada de terras públicas por grandes fazendeiros, bem como a falha da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) em garantir acesso às terras e conflitos ambientais causados por desmatamento, uso de agrotóxicos, e episódios de violência contra quilombolas.

No segundo capítulo de autoria de Rik Ferreira Alves, Ana Paula Pereira Pinto, Bruno Jesus do Nascimento e Gustavo Henrique Cepolini Ferreira, de título: “Representatividade dos povos quilombolas a partir do censo demográfico de 2022” aborda o processo de reconhecimento de terras ocupadas por comunidades quilombolas no Brasil desde a Constituição de 1988. O capítulo menciona 146 comunidades quilombolas com processos em andamento no Semiárido Mineiro, e destaca a importância do Censo Demográfico de 2022 para o reconhecimento dessas comunidades.

No terceiro capítulo, “Terras indígenas no Semiárido Mineiro: lutas e resistências”, de autoria de Cássio Alexandre da Silva, Fabiano José Alves de Souza, Heiberle Hirsberg Horário, Uakyre Pankararu Braz e Wesley Martins de Almeida, aborda questões semelhantes ao segundo, mas focando no processo de reconhecimento de terras ocupadas por comunidades indígenas. O capítulo enfatiza os desafios enfrentados pelos indígenas, como processos administrativos pendentes e a necessidade de um censo preciso para validar a presença indígena no território brasileiro.

O quarto capítulo de autoria de Rik Ferreira Alves, Daniel Figueiredo Castilho, Hellen Thaina Cardoso Gomes e Gustavo Henrique Cepolini Ferreira, com o título de “Conflito entre cadastros a partir dos novos dados de sobreposição do CAR no Semiárido Mineiro” trabalha a questão do Cadastro Ambiental Rural (CAR), criado pelo Código Florestal de 2012, e que visa a conservação ambiental e a regularização fundiária de imóveis rurais no Brasil.

Sobre a “Desertificação no Semiárido Mineiro: uma ameaça real para a sustentabilidade ambiental e socioeconômica”, no capítulo 5, de autoria de Cristiano Marcelo Pereira de Souza, Lucas Augusto Pereira da Silva, Marcos Esdras Leite e Manoel Reinaldo Leite, ressalta que a desertificação é uma grave ameaça para regiões semiáridas em todo o mundo, inclusive para o Semiárido Mineiro, no norte de Minas Gerais. Essa área enfrenta um clima árido com chuvas escassas e irregulares, altas

temperaturas e baixa umidade. Entre 2013 e 2015, a região Sudeste enfrentou uma grande seca que afetou o Semiárido Mineiro, demonstrando sua vulnerabilidade. Em 2023, 130 municípios de Minas Gerais passaram por uma grave crise devido à escassez de água. A desertificação, intensificada por fatores socioeconômicos como desmatamento para pastagens, requer ações integradas de manejo do solo, recuperação de áreas degradadas e gestão sustentável dos recursos hídricos para evitar consequências ainda mais graves no futuro.

O capítulo 6, versa sobre a dinâmica geoambiental em unidades de conservação do Semiárido Mineiro, de autoria de Luis Ricardo Fernandes da Costa, João Paulo Sena Souza, Viviane Gonçalves Lima e Kaline da Silva Moreira ressaltam que as Unidades de Conservação do Semiárido Mineiro situam-se em uma região única no Norte de Minas Gerais, que abrange o Vale do Jequitinhonha, Mucuri e a Serra do Espinhaço. Esta área destaca-se por uma complexa dinâmica geoambiental, com uma diversidade de relevo que inclui planaltos, serras e depressões como a do Rio São Francisco, contribuindo para a variedade de solos e ecossistemas. As Unidades de Conservação cobrem cerca de 16.624 km<sup>2</sup> e desempenham um papel vital na proteção ambiental. A geologia local é marcada pelo Grupo Bambuí, com formações de calcário que favorecem a formação de ambientes cársticos, importantes para o armazenamento hídrico e para a fertilidade dos solos.

No capítulo 7, de título: “Circuito geográfico dos alambiques como símbolos da cultura norte-mineira” de autoria de Angélica Borges dos Santos, a autora discute o circuito geográfico dos alambiques no Norte de Minas Gerais como um símbolo da cultura da região, onde a produção artesanal de cachaça e rapadura é uma tradição mantida por pequenos agricultores familiares. Essa atividade, concentrada principalmente no distrito de Brejo do Amparo, em Januária, é fundamental para a identidade local, representando um modo de vida e produção baseado na interação com o ambiente rural e o uso sustentável dos recursos naturais.

O capítulo 8, de autoria de Rahyan de Carvalho Alves e José Antônio Souza de Deus, discutem sobre “Pirapora e o vapor Benjamim Guimarães: um patrimônio no sertão das gerais”. O artigo aborda a importância do barco a vapor Benjamim Guimarães, um barco a vapor que navega pelo Rio São Francisco e é um patrimônio cultural significativo para a cidade de Pirapora, em Minas Gerais. A análise explora conceitos geográficos de paisagem e lugar, demonstrando como o barco a vapor se tornou um símbolo da identidade local e do sertão das Gerais. O artigo destaca também o valor afetivo do barco para os moradores de Pirapora e suas contribuições para a cultura local.

Sobre a temática, “Feiras livres locais como alternativa às migrações temporárias: trajetórias de famílias agricultoras feirantes de Porteirinha-MG”, presente no capítulo 9 de autoria de Fabio dias dos Santos e Ernandes Dayer Lopes de Barros M. Campos, examina o papel das feiras livres em



Porteirinha-MG, uma região com bioma de caatinga e clima semiárido, semelhante ao nordeste do Brasil, na economia local e no sustento de famílias agricultoras.

No capítulo 10 de título “Acumulação capitalista, questão ambiental e disputa do espaço agrário no Norte de Minas”, tendo por autores Yan Victor Leal da Silva, Maíra Araújo Cândida, Oswaldo Samuel Costa Santos, Deyvison Lopes Siqueira e Rodrigo Guedes de Araújo, é discutido a acumulação capitalista no campo brasileiro, especificamente no Norte de Minas, e seu impacto no ambiente e na disputa por terras.

No capítulo 11 de autoria de Gislene Quaresma Oliva e Gustavo Henrique Cepolini Ferreira, sobre agricultura camponesa-familiar x agronegócio no Semiárido Mineiro: algumas indagações e outros conflitos é destacada que a agricultura camponesa-familiar no Semiárido Mineiro enfrenta diversas formas de resistência e conflitos em sua luta para manter terras e tradições. Diferente do agronegócio, que emprega técnicas mecanizadas e produz em larga escala para exportação, a agricultura familiar é realizada por pequenos produtores que diversificam sua produção para consumo interno e utilizam conhecimentos passados de geração a geração.

Em, “Por um outro desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha - a comunidade de coqueiro campo e suas estratégias de reprodução social”, no capítulo 12, de autoria de Anderson Bertholi e Cibele P. Maciel Bertholi, defendem que o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, é uma região marcada por extremos, com contrastes entre a pobreza rural, decorrente da exploração histórica do trabalho por indústrias como a canaveira e a cafeeira, e a riqueza criativa, impulsionada pela arte das mulheres locais.

No capítulo 13, que trata sobre o Plano Nacional de Plantio do MST: Os desafios do Semiárido Mineiro, de autoria de Daniela Ingrid Alves Borges e Gabriel Guimarães Filpi, trata sobre o Plano Nacional de Plantio do MST no Semiárido Mineiro. O MST, movimento brasileiro criado em 1984, luta pela reforma agrária e questiona o modelo do agronegócio, que levou ao aumento do desmatamento e a intensificação de fenômenos climáticos extremos.

Em síntese o "Atlas Agrário e Ambiental do Semiárido Mineiro", oferece uma análise profunda e abrangente da realidade da região, destacando questões fundamentais como a apropriação territorial, as resistências e lutas dos povos camponeses, e a importância da preservação ambiental e justiça social no Semiárido Mineiro além de destacar a complexidade e a diversidade do Semiárido Mineiro evidenciando a interconexão entre seus aspectos geográficos, socioeconômicos, ambientais e culturais.

## **Referências**



FERREIRA, Gustavo H. Cepolini (Org.). *Atlas agrário e ambiental do Semiárido Mineiro*. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2023.

FERREIRA, Gustavo H. Cepolini; VENTURA, Glorimar da Silva. Apresentação: algumas leituras sobre as resistências, conflitos e possibilidades no/do Semiárido Mineiro. In: FERREIRA, Gustavo H. Cepolini (Org.). *Atlas agrário e ambiental do Semiárido Mineiro*. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2023.

## **SOBRE OS AUTORES**

**Paulo Ricardo Santos Miranda** - Bacharel em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Administração pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Pós-graduado em Gestão em Finanças empresariais pela UNIFAEL.

E-mail: [mppauloricardo@gmail.com](mailto:mppauloricardo@gmail.com)